

GYÖRGY LUKÁCS

LÊNIN

Um estudo sobre a unidade de seu pensamento

Tradução: **Rubens Enderle**
Apresentação e notas: **Miguel Vedda**



Copyright desta tradução © Boitempo Editorial, 2012
Traduzido do original alemão *Lenin – Studie über den Zusammenhang seiner Gedanken* (Neuwied, Hermann Luchterhand, 1967; 1. ed., Viena, Arbeiterbuchhandlung, 1924)

Coordenação editorial Ivana Jinkings
Editora-adjunta Bibiana Leme
Tradução e índice onomástico Rubens Enderle
Preparação Mariana Echalar
Revisão Mônica Santos
Capa Livia Campos
com base em projeto gráfico de David Amiel
Diagramação e produção Livia Campos
Assistência de produção Isabella Teixeira

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

L98l

Lukács, György, 1885-1971

Lênin : um estudo sobre a unidade de seu pensamento / György Lukács ; tradução Rubens Enderle ; apresentação e notas Miguel Vedda. - São Paulo : Boitempo, 2012.

Tradução de: Lenin : Studie über den Zusammenhang seiner Gedanken
ISBN 978-85-7559-193-2

1. Lênin, Vladimir Ilitch, 1870-1924. 2. Comunismo. 3. Socialismo. 4. Revoluções. 5. Ciência política. I. Título.

11-8424.

CDD: 335.422
CDU: 330.85

É vedada a reprodução de qualquer
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: fevereiro de 2012;
1ª reimpressão: junho de 2017; 2ª reimpressão: outubro de 2023

BOITEMPO
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 373
05442-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3875-7250 / 3872-6869
editor@boitempoeditorial.com.br
boitempoeditorial.com.br | blogdaboitempo.com.br
facebook.com/boitempo | twitter.com/editoraboitempo
youtube.com/tvboitempo | instagram.com/boitempo

Sumário

Apresentação – <i>Miguel Vedda</i>	7
Prefácio.....	27
1. A atualidade da revolução.....	29
2. O proletariado como classe dirigente	35
3. O partido dirigente do proletariado.....	45
4. O imperialismo: guerra mundial e guerra civil.....	59
5. O Estado como arma.....	77
6. <i>Realpolitik</i> revolucionária	87
Posfácio	103
Índice onomástico	115
Obras do autor publicadas no Brasil.....	123

5. O Estado como arma

A essência revolucionária de uma época expressa-se de modo mais visível no momento em que a luta das classes e dos partidos deixa de possuir o caráter de luta no interior de determinado ordenamento estatal, com a implosão de suas fronteiras e a superação de seus limites. Por um lado, ela aparece como luta *pelo* poder do Estado e, por outro, o próprio Estado torna-se claramente *um participante* da luta. Não se luta apenas *contra* o Estado, mas o Estado mesmo revela seu caráter como *arma da luta de classes*, como um dos mais importantes instrumentos para a manutenção da dominação de classe.

Esse caráter do Estado é reconhecido por Marx e Engels e investigado em todas as suas relações com o desenvolvimento histórico, com a revolução proletária. Marx e Engels lançaram, de modo absolutamente inequívoco, as bases teóricas de uma teoria do Estado no terreno do materialismo histórico. Mas é precisamente aqui que o oportunismo, de modo coerente consigo mesmo, distancia-se mais de Marx e Engels. Porque, em qualquer outro ponto, era possível apresentar a “revisão” de teorias econômicas isoladas, de modo que seus fundamentos continuassem a concordar com a essência do método de Marx (linha de Bernstein), ou submeter teorias econômicas fundamentadas “ortodoxamente” a uma transformação mecanicista-fatalista, não dialética e não revolucionária (linha de Kautsky). Mas a simples colocação dos problemas que Marx e Engels consideravam questões fundamentais de sua teoria do Estado significa já o reconhecimento da revolução proletária. O oportunismo de todas as tendências dominantes na Segunda Internacional revela-se com maior nitidez no fato de

que ninguém se ocupou com o problema do Estado; nesse ponto, que é o ponto fundamental, não há nenhuma diferença entre Kautsky e Bernstein. Todos, sem exceção, assumiram simplesmente o Estado da sociedade burguesa. E, quando o criticavam, sua única preocupação era combater formas de manifestação ou exteriorização do Estado prejudiciais ao proletariado. O Estado foi considerado exclusivamente do ponto de vista dos interesses particulares imediatos, e sua essência nunca foi investigada e valorizada do ponto de vista da totalidade da classe proletária. E a imaturidade e falta de clareza revolucionárias da ala esquerda da Segunda Internacional mostram-se igualmente no fato de que também ela era incapaz de elucidar o problema do Estado. Ela chegou algumas vezes até o problema da revolução, ao problema da luta *contra* o Estado, mas não foi capaz de apresentar concretamente a questão, mesmo que de maneira puramente teórica, e muito menos esclarecer na prática suas consequências concretas para a realidade histórica atual.

Também aqui Lênin foi o único que alcançou a altura teórica da concepção marxiana, a pureza do posicionamento proletário-revolucionário diante do problema do Estado. E, mesmo que se limitasse a isso, sua realização já seria uma realização teórica de alto nível. Mas essa recuperação da teoria marxiana do Estado não é, em Lênin, nem um restabelecimento filológico da doutrina originária nem uma sistematização filosófica de seus verdadeiros princípios, mas – como em toda parte – sua continuidade no concreto, sua concretização no plano prático atual. *Lênin reconheceu e demonstrou que a questão do Estado havia sido posta na ordem do dia para o proletariado em luta.* Com isso, tomou o caminho da concretização decidida do problema – para nos mantermos na questão. Pois a possibilidade objetiva do mascaramento oportunista da teoria – absolutamente clara – do Estado do materialismo histórico residia no fato de que, antes de Lênin, essa teoria só havia sido tratada como teoria geral, como explicação histórica, econômica, filosófica etc. da essência do Estado. Sem dúvida, Marx e Engels captaram nas manifestações revolucionárias concretas de seu tempo o progresso real do pensamento proletário do Estado (Comuna) e apontaram sem condescendência os erros que as falsas teorias do Estado acarretam para a direção da luta de classes proletária (*Crítica do Programa de Gotha**). No entanto, nem mesmo seus discípulos mais diretos,

* São Paulo, Boitempo, 2012. (N. E.)

os melhores líderes dessa época, apreenderam o *nexo* entre o problema do Estado e seu trabalho imediato. Para isso, foi necessário o gênio teórico de Marx e Engels, único capaz de vislumbrar a atualidade – em sentido histórico-mundial – dessa relação com as pequenas lutas do cotidiano. E, é evidente, o proletariado tinha ainda menos condições de vincular organicamente esse problema central com os problemas que se lhe apresentavam em suas lutas cotidianas. O problema adquiria cada vez mais o acento de uma “questão de objetivo final”, cuja decisão pode ser relegada para o futuro.

Somente com Lênin o “futuro” tornou-se presente também no plano teórico. Mas é apenas quando a questão do Estado é reconhecida como problema crucial do presente que o proletariado pode considerar o Estado capitalista de modo concreto, não mais como seu entorno natural e imutável, como único ordenamento possível da sociedade para sua existência presente. Apenas esse posicionamento diante do Estado burguês dá ao proletariado *independência teórica* em relação a ele, converte seu comportamento em relação a ele numa questão puramente tática. Por exemplo, é evidente que tanto a tática da legalidade a qualquer preço quanto o romantismo da ilegalidade padecem da mesma falta de independência teórica em relação ao Estado burguês. O Estado burguês não é considerado o instrumento da luta de classes da burguesia, que deve ser tomado como um fator real de força, mas *não mais do que* tal fator; o respeito ao Estado é rebaixado a uma *simples questão de eficácia*.

Mas a análise leniniana do Estado como arma da luta de classes concretiza a questão de modo muito mais amplo. Não se limita apenas a expor as imediatas consequências práticas (táticas, ideológicas etc.) do conhecimento histórico adequado do Estado burguês, mas revela as linhas fundamentais do Estado proletário também de modo concreto e em seu vínculo orgânico com os outros meios de luta do proletariado. A divisão tradicional do trabalho do movimento operário (partido, sindicado, cooperativa) mostra-se, hoje, insuficiente para a luta revolucionária do proletariado. Parecem ser necessários órgãos que tenham condições de abarcar e conduzir à ação todo o proletariado e, além dele, todos os explorados da sociedade capitalista (camponeses, soldados). No entanto, por sua essência, esses órgãos, os soviets, são, já no interior da sociedade burguesa, órgãos do proletariado que se organiza como classe. Com isso, a revolução entra na ordem do dia. Como diz Marx: “A organização dos elementos revolucionários como classe pressupõe a exis-

tência consumada de todas as forças produtivas que podiam se desenvolver no seio da velha sociedade”.

Essa organização de toda a classe tem de empreender – queira ela ou não – a luta contra o aparelho estatal da burguesia. Não há escolha: ou os conselhos proletários desorganizam o aparelho estatal burguês, ou este acaba por corromper os conselhos, reduzindo-os a uma existência aparente e, com isso, aniquilando-os. Cria-se uma situação em que ou a burguesia opera uma repressão contrarrevolucionária do movimento revolucionário de massas e restabelece as condições “normais”, a ordem, ou dos conselhos, das organizações de luta do proletariado surge sua própria organização de domínio, seu aparelho estatal, que, por sua vez, também é uma organização da luta de classes. Os conselhos operários mostram esse caráter já em 1905, em suas formas iniciais e menos desenvolvidas: *eles são um contragoverno*. Enquanto outros órgãos da luta de classes ainda se adaptam taticamente a uma época de domínio indiscutível da burguesia, podendo operar revolucionariamente nessas circunstâncias, faz parte da essência do conselho operário estabelecer uma relação de concorrência com o poder estatal da burguesia, tornando-se um governo paralelo em permanente disputa com ele. Portanto, quando Martov reconhece os conselhos como órgãos de luta, mas nega sua capacidade de se tornar aparelho de Estado, ele elimina da teoria precisamente a revolução, a tomada real de poder do proletariado. Quando, ao contrário, teóricos isolados da extrema esquerda fazem do conselho operário uma organização classista permanente do proletariado e pretendem que ela substitua o partido e o sindicato, demonstram não compreender a diferença entre situações revolucionárias e não revolucionárias e não ter clareza da verdadeira função dos conselhos operários. Não sabem que o simples reconhecimento da possibilidade concreta dos conselhos operários ultrapassa os limites da sociedade burguesa e é uma perspectiva da revolução proletária (de modo que o conselho operário tem de ser incessantemente difundido no proletariado, e este último tem de se preparar incessantemente para essa tarefa), e que sua verdadeira existência – se não se trata de uma farsa – significa já a luta decisiva pelo poder do Estado, isto é, a guerra civil.

O conselho operário como aparelho estatal não é senão *o Estado como arma na luta de classes do proletariado*. A concepção não dialética e, por isso, anistórica e não revolucionária do oportunismo parte do fato de que o proletariado combate a dominação de classe da burguesia e esforça-se para

implantar uma sociedade sem classes e, disso, conclui que o proletariado, como adversário da dominação de classes da burguesia, tem de ser adversário de toda e qualquer dominação de classes e, por conseguinte, sua própria forma de dominação não pode de modo algum ser um órgão da dominação de classe, da opressão de classe. Essa visão geral, considerada abstratamente, é uma utopia, pois a dominação do proletariado jamais poderá se produzir na realidade. Mas, quando é apreendida mais concretamente e aplicada no presente, ela se mostra uma *capitulação ideológica diante da burguesia*. A forma mais desenvolvida de dominação da burguesia, a democracia, aparece, para essa concepção, no mínimo como uma forma prévia de democracia proletária; porém, na maioria das vezes, ela aparece como essa democracia mesma, na qual se deve cuidar simplesmente – mediante a agitação pacífica – para que a maioria da população seja atraída pelos “ideais” da social-democracia. Portanto, a passagem da democracia burguesa para a democracia proletária não é necessariamente revolucionária. Revolucionária é apenas a passagem das formas atrasadas de Estado para a democracia; em determinadas circunstâncias, é necessária uma defesa revolucionária da democracia contra a reação social. (Quão desimportante e contrarrevolucionária é essa separação mecânica entre revolução proletária e revolução burguesa mostra-se na prática no fato de que a social-democracia jamais ofereceu resistência séria a qualquer reação fascista por meio da defesa revolucionária da democracia.)

Em decorrência dessa visão, não apenas a revolução é excluída do desenvolvimento histórico e apresentada por meio de todo tipo de transições construídas de modo mais ou menos acurado como uma “progressão natural” para o socialismo, mas também *o caráter classista burguês da democracia é ocultado do proletariado*. O momento da ilusão reside *no conceito da maioria, compreendido de modo não dialético*. De fato, como a dominação da classe trabalhadora representa, por sua essência, os interesses da maioria da população, em muitos trabalhadores surge muito facilmente a ilusão de que uma democracia pura, formal, na qual a voz de cada um dos cidadãos tem um valor igual, seria o instrumento mais apropriado para expressar e representar os interesses da coletividade. Aqui, no entanto, esquece-se somente – somente! – o pequeno detalhe de que os homens não são indivíduos abstratos, cidadãos abstratos, átomos isolados de um todo estatal, mas são, sem exceção, homens concretos, que ocupam um lugar determinado na produção social e cujo ser social (e, com isso, seu pensamento etc.) é determinado por essa posição. A

democracia pura da sociedade burguesa anula essa mediação: ela liga imediatamente o indivíduo puro e simples, o indivíduo abstrato, com a totalidade do Estado, que, nesse contexto, aparece de modo igualmente abstrato. Já por meio desse caráter formal essencial à democracia pura, *a sociedade burguesa é pulverizada politicamente*. O que não significa uma mera vantagem para a burguesia, mas o pressuposto decisivo de sua dominação de classe.

Por mais que uma dominação de classe se baseie, em última instância, na violência, nenhuma dominação de classe pode se sustentar por muito tempo exclusivamente na violência. Segundo Talleyrand: “Pode-se fazer de tudo com as baionetas, exceto sentar sobre elas”. *Toda dominação por parte de uma minoria é socialmente organizada de forma tal que a classe dominante é concentrada e prepara-se para a ação unitária e articulada, ao mesmo tempo que as classes dominadas são desorganizadas e fragmentadas*. No domínio minoritário da burguesia moderna é preciso ter sempre em mente que a maioria da população não pertence a nenhuma das classes que se confrontam na luta de classes, nem ao proletariado, nem à burguesia; e que, desse modo, a pura democracia tem a função social, classista, de garantir à burguesia a direção dessas camadas médias. (É óbvio que nisso se inclui a desorganização ideológica do proletariado. Quanto mais antiga a democracia num país, quanto mais puro seu desenvolvimento, maior a desorganização ideológica, como se pode observar claramente na Inglaterra e na América do Norte.) Sem dúvida, tal democracia política jamais seria suficiente para atingir esses fins. Ela é apenas o ponto político culminante de um sistema social cujos outros elos são: a separação ideológica entre economia e política, a criação de um aparelho estatal burocrático, que desperta em grande parte da pequena burguesia um interesse material e moral pela preservação do Estado, o sistema partidário burguês, a imprensa, a escola, a religião etc. Numa divisão do trabalho mais ou menos consciente, todos perseguem o mesmo objetivo: evitar que surja nas classes oprimidas da população uma ideologia autônoma, que corresponda a seus interesses próprios de classe; estabelecer o vínculo entre os “cidadãos” singulares etc. com o Estado abstrato, que reina acima das classes; *desorganizar essas classes como classes*, pulverizando-as em átomos facilmente manipuláveis pela burguesia.

A consciência de que os conselhos (dos trabalhadores e dos camponeses e dos soldados) são o poder estatal do proletariado significa *a tentativa do proletariado* – como classe dirigente da revolução – *de reagir a esse processo de*

desorganização. Antes de tudo, ele tem de constituir a si mesmo como classe. Paralelamente, porém, pretende preparar para a ação os elementos mais ativos das camadas médias, que se voltam instintivamente contra o domínio da burguesia. Ao mesmo tempo, no entanto, é preciso romper a influência material e ideológica da burguesia sobre as outras partes dessas classes. Oportunistas mais inteligentes, como, por exemplo, Otto Bauer, também perceberam que o sentido social da ditadura do proletariado, da ditadura dos conselhos, reside em grande parte *em arrancar radicalmente da burguesia a possibilidade de uma direção ideológica dessas classes, em especial dos camponeses, e garantir essa direção ao proletariado durante o período de transição*. A opressão da burguesia, a destruição de seu aparelho estatal, a eliminação de sua imprensa etc. é uma necessidade vital da revolução proletária, porque a burguesia, após suas primeiras derrotas na luta pelo poder estatal, não renuncia ao restabelecimento de seu papel dominante no plano econômico e político e permanece muito tempo como a classe mais poderosa, mesmo no contexto de uma luta de classes travada em condições diferentes.

Assim, com ajuda do sistema dos conselhos, o proletariado como Estado dá continuidade à mesma luta travada anteriormente por ele pelo poder do Estado e contra o poder estatal capitalista. Ele tem de aniquilar a burguesia economicamente, isolá-la politicamente, destruí-la e submetê-la ideologicamente. Ao mesmo tempo, porém, o proletariado tem de se transformar, para todas as outras camadas da sociedade que ele libertar do jugo da burguesia, no guia que as conduzirá à liberdade. Isso significa que não basta que o proletariado lute *objetivamente pelos interesses* das outras camadas exploradas. Sua forma estatal também deve servir para superar didaticamente a apatia e a fragmentação dessas camadas, *educando-as para a ação, para a participação autônoma na vida do Estado*. Uma das funções mais importantes do sistema de conselhos é conectar entre si todos os momentos da vida social que o capitalismo dissocia. E, quando houver essa dissociação na consciência das classes oprimidas, ele deve lhes mostrar a conexão entre esses momentos. O sistema de conselhos forma, por exemplo, uma unidade inseparável de economia e política; desse modo, reúne a existência imediata dos homens, seus interesses cotidianos imediatos etc. às questões decisivas da coletividade. Mas também restabelece a unidade na realidade objetiva lá onde os interesses de classe da burguesia criaram uma “divisão do trabalho”, sobretudo a unidade entre o “aparelho de poder” (exército, polícia, administração, justiça etc.) e o “povo”.

Os camponeses e os trabalhadores armados como poder estatal são produto da luta dos conselhos e, ao mesmo tempo, pressuposto de sua existência. O sistema de conselhos procura, por toda parte, conectar a atividade dos homens com as questões gerais do Estado, da economia, da cultura etc., lutando para que a administração de todas essas questões não se torne privilégio de uma camada burocrática fechada, isolada do conjunto da vida social. Porque o sistema de conselhos, o Estado proletário torna a sociedade consciente da inter-relação real de todos os momentos da vida social (e num estágio ulterior une objetivamente aquilo que hoje está objetivamente separado, por exemplo: a cidade e o campo, o trabalho espiritual e o físico etc.), ele é fator decisivo na organização do proletariado como classe. Aquilo que no proletariado da sociedade capitalista só existia como possibilidade alcança, aqui, sua existência efetiva; *a verdadeira energia produtiva do proletariado só pode despertar após a tomada do poder estatal*. Mas o que vale para o proletariado vale também para as outras camadas oprimidas da sociedade burguesa. Também elas só podem ganhar vida nesse contexto, por mais que continuem a ser dirigidas nesse ordenamento estatal. É óbvio que o fato de serem dirigidas no capitalismo implicava que não podiam tomar consciência de sua própria desintegração econômico-social, sua exploração e sua opressão. Agora, sob a condução do proletariado, elas não só podem viver de acordo com seus próprios interesses, como também desenvolver aquelas energias que até então permaneciam escondidas ou atrofiadas. O fato de serem dirigidas significa apenas que o âmbito e a orientação desse desenvolvimento são determinados pelo proletariado como a classe dirigente da revolução.

Para as camadas médias proletárias, o fato de serem dirigidas tem um significado materialmente muito distinto, conforme essa direção ocorra no Estado proletário ou na sociedade burguesa. Paralelamente, porém, há ainda uma distinção formal muito importante: *o Estado proletário é o primeiro Estado de classe da história que reconhece a si mesmo, de modo totalmente aberto e franco, como Estado de classe, como aparelho de dominação, como instrumento da luta de classes*. Essa franqueza, essa falta de hipocrisia torna possível o verdadeiro entendimento entre o proletariado e outras camadas da sociedade. Além disso, trata-se de um meio de extrema importância para a autoeducação do proletariado. Do mesmo modo como foi infinitamente importante despertar no proletariado a consciência de que a fase das lutas revolucionárias decisivas já havia começado e a luta pelo poder estatal, pela

direção da sociedade já se encontrava em andamento, seria igualmente perigoso permitir que essa verdade se enrijecesse de modo não dialético. Seria muito perigoso se o proletariado, libertando-se da ideologia do pacifismo da luta de classes e compreendendo o significado histórico, a inexorabilidade da força, pensasse agora que *todos os problemas* do domínio do proletariado podem ser resolvidos *pela força* em todas as circunstâncias. Mas seria ainda mais perigoso se, por exemplo, surgisse no proletariado a ideia de que, com a conquista do poder estatal, a luta de classes chegou ao fim ou, no mínimo, a uma trégua. O proletariado precisa entender que a conquista do poder estatal é *apenas uma fase* dessa luta. Após a conquista do poder estatal, a luta torna-se ainda mais encarniçada, e não se pode dizer de modo algum que as relações de força se deslocaram de modo decisivo a favor do proletariado. Lênin não cansa de repetir que a burguesia ainda é a classe mais poderosa, mesmo no início da república dos conselhos, mesmo após sua expropriação econômica e enquanto é oprimida politicamente. Mas as relações de força se deslocaram, na medida em que o proletariado conquistou *uma nova e poderosa arma* para sua luta de classes: *o Estado*. Sem dúvida, o valor dessa arma, sua capacidade de destruir a burguesia, de isolá-la, de aniquilá-la, de atrair para seu campo as outras camadas da sociedade, educando-as para colaborar com o Estado dos trabalhadores e dos camponeses, de organizar efetivamente o próprio proletariado como classe dirigente, tudo isso não é dado automaticamente com a simples conquista do poder, tampouco o Estado se desenvolve necessariamente como meio de luta a partir da simples conquista do poder estatal. O valor do Estado como arma para o proletariado depende daquilo que o proletariado será capaz de *fazer* com ele.

A atualidade da revolução se expressa na atualidade do problema do Estado para o proletariado. Com isso, no entanto, o problema do próprio socialismo é deslocado da lonjura de um mero objetivo final para a proximidade de uma questão de atualidade imediata para o proletariado. Mas essa proximidade palpável da realização do socialismo é, por sua vez, uma relação dialética, e, para o proletariado, poderia ser desastroso se essa proximidade do socialismo fosse interpretada – de modo mecanicista-utópico – como sua realização por meio da mera tomada do poder (expropriação dos capitalistas, socialização etc.). Marx analisou com a máxima perspicácia a transição do capitalismo para o socialismo e apontou as múltiplas formas estruturais burguesas que só podem ser eliminadas passo a passo no curso de uma longa evolução. Lênin, por sua vez, traça a li-

nha divisória com o utopismo de modo tão preciso quanto possível. Diz: “Creio que nenhum comunista jamais negou que a expressão ‘república socialista de conselhos’ expressa a determinação dos conselhos de realizar a transição para o socialismo e não é de modo algum uma aceitação das relações econômicas dadas como relações já socialistas”. A atualidade da revolução significa, pois, a transformação do socialismo na questão imediata principal para o movimento operário. No entanto, apenas na medida em que, agora, é preciso lutar dia após dia pela realização de seus pressupostos e algumas das medidas concretas do dia já significam passos concretos no sentido de sua realização.

É precisamente nesse ponto, em sua crítica da relação entre soviete e socialismo que o oportunismo revela ter passado definitivamente para o campo da burguesia e se tornado um inimigo de classe do proletariado. Pois, por um lado, ele considera que todas as concessões aparentes e revogáveis a qualquer momento que a burguesia momentaneamente assustada ou desorganizada faz ao proletariado são passos efetivos em direção ao socialismo (basta pensar nas – há muito liquidadas – “comissões de socialização” de 1818-1819 na Alemanha e na Áustria) e, por outro, condena a República Soviética por não ter imediatamente dado vida ao socialismo, por ter feito apenas uma revolução burguesa sob formas proletárias e sob a liderança do proletariado (“A Rússia como república camponesa”, “Nova implantação do capitalismo” etc.). Ambos os casos mostram que, para o oportunismo de todos os matizes, o *verdadeiro inimigo* a ser de fato combatido é a *própria revolução proletária*. Isso também não passa de uma continuação consequente da posição adotada em relação à guerra imperialista. Mas quando Lênin, na República Soviética, trata os oportunistas como inimigos da classe trabalhadora, ele não faz mais do que dar continuidade a sua crítica ao oportunismo de antes e durante a guerra. *O oportunismo também pertence à burguesia*, cujo aparato espiritual e material deve ser destruído e cuja estrutura deve ser desorganizada pela ditadura a fim de que sua influência não se estenda até as camadas instáveis da sociedade – que assim são por sua condição objetiva de classe. É justamente a atualidade do socialismo que torna essa luta muito mais intensa do que era, por exemplo, na época dos debates suscitados por Bernstein. O Estado como arma do proletariado na luta pelo socialismo, na opressão da burguesia é, ao mesmo tempo, sua arma para eliminar o perigo oportunista que ameaça a luta de classes do proletariado, luta que ele tem de prosseguir com igual fúria na ditadura.